



Índice

- 01 Seletiva para Miss Brasil Indígena acontece em julho, conheça candidatas
- 02 Associação União das aldeias Apinajé-Pempxá: "A agressividade e ofensiva do Agronegócio"
- 03 Projeto desenvolve turismo nas regiões quilombolas de Alagoas
- 04 Indígena morre a facadas durante briga de galera em Manacapuru
- 05 Jornalista conta em livro experiência ao usar raiz indígena no AC
- 06 Campanha recolhe roupas de frio para população indígena de Angra, RJ
- 07 Índios deixam costumes tradicionais e viram evangélicos em aldeia, no AP
- 08 Aguilera pede e rede de iluminação pública começa a ser reparada na Reserva Indígena
- 09 Escola indígena acompanha treino alemão e presenteia Klose
- 10 Emater incentiva extrativistas de Chaves a manejarem o açaí nativo
- 11 Opinião: ELEIÇÕES: A "flechada do índio"
- 12 Funai e Governo preparam desintrusão de mosquitos na Terra Indígena Yanomami
- 13 Matando com e contra a lei
- 14 Carta aberta do primeiro COIREM – Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà



-
- 15** 'Falta coragem' para arbitrar invasões indígenas, diz Aécio Neves
 - 16** Norte Energia repudia conclusões baseadas em dados não oficiais
 - 17** RN – Povos Indígenas & Justiça – II Edição, hoje, às 19h
 - 18** Território, interculturalidade e bem-viver: as lutas dos povos indígenas no Brasil, em 24 de junho, em Coimbra, Portugal
 - 19** FOIRN denuncia incêndio na Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro
 - 20** 'Impasse sobre indenização pode acabar nesta semana', diz Delcídio
 - 21** Desafios da transposição vão da burocracia à preservação ambiental
 - 22** Chico Rodrigues visita escolas estaduais
 - 23** Por demarcações, índios protestarão durante Copa
 - 24** Índios são ameaçados por traficantes, denuncia CIMI
 - 25** Aldeia indígena será ponto turístico
 - 26** Funai tem 15 dias para retirar menores Guajajaras das margens da BR 226
 - 27** Presidente do Incra confirma indenização a produtores do Buriti
 - 28** Índio morre atropelado por carro ao tentar atravessar rodovia
 - 29** Cidadania alcançada
 - 30** Estudo da Esalq propõe ações de inclusão produtiva para populações quilombolas



Seletiva para Miss Brasil Indígena acontece em julho, conheça candidatas

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 09.06.2014

Mayara Sá

No dia 19 de julho acontece a seletiva em Mato Grosso do Sul para o Miss Brasil Indígena 2014. O estado será o único do país a realizar a seletiva presencial, que vai acontecer em Miranda – que fica a 207 quilômetros de Campo Grande. Os demais estados vão fazer seleção por foto.

O concurso, segundo os organizadores, objetiva valorizar a beleza e a cultura da mulher indígena sem que elas percam seus costumes e suas tradições. Diretora do evento, Sylmara Terena, pondera que a participação das mulheres na sociedade brasileira está cada vez mais atuante. E a moda não fica de fora. Por isso, para ela, o concurso de beleza também é uma forma de mostrar as raízes e a naturalidade de belezas étnica. “Cada vez mais no meio da moda as mulheres trazem consigo suas raízes e a naturalidade de suas belezas étnicas valorizando os conhecimentos tradicionais. Partindo deste princípio realizaremos a 1º edição do Concurso Miss Brasil Indígena”, afirma.

Nos estados onde não ocorrerá a seletiva presencial, o concurso será realizado em três etapas. A primeira etapa consiste na propagação do evento, na qual as candidatas enviam suas fotos para divulgação. Na segunda etapa, as enviam quatro fotos para avaliação. Sendo que a primeira foto é apenas de rosto, em close, sem nenhum tipo de maquiagem ou adereços indígenas. A segunda foto de corpo inteiro. A terceira de apenas de rosto com pinturas, brincos, colares e traços indígenas. E a quarta de corpo inteiro com traje indígena.

Segundo Sylmara, a candidata precisa mostrar em cada foto que tem potencial para ser a nova Miss Brasil Indígena 2014. “O que analisaremos é basicamente uma candidata que tenha fotogenia, mas um dos principais pontos será o biotipo físico e a aparência de um modo geral. Analisando essas características, teremos o resultado final das candidatas selecionadas”, pondera.

Ela lembra que as fotos deverão ser enviadas para o email missbrasilindigenaoficial@gmail.com. “Passada essa etapas a Direção Geral do Miss Brasil Indígena 2014 selecionará as candidatas que mais se enquadram nos quesitos exigidos. Assim teremos a mais nova representante de cada estado brasileiro no 1º Concurso Miss Brasil Indígena 2014”, conta.

A etapa final será no dia 14 de setembro em Campo Grande- MS. As 27 indígenas mais belas do País vão representar seu estado e concorrerá ao título de 1º Miss Brasil Indígena 2014.

Regras Para participar
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

As inscrições para o concurso da 1ª Edição 2014 serão realizadas no período de 10/06/2014 a 15/08/2014. Para participar precisa ser cidadã brasileira indígena, possuir documento RONI da FUNAI e ter obtido nacionalização, pelo menos um ano antes da realização do Concurso, assim como estar em pleno gozo da sua cidadania. Ter residência fixa no Brasil. Ter idade mínima de 18 anos e máxima de 25 anos completos. Ter acima de 1,60 m de altura e peso entre 55 a 63 kg.



Associação União das aldeias Apinajé-Pempxá: "A agressividade e ofensiva do Agronegócio"

SÍTIO CIMI, 09.06.2014

Faltando pouco mais de quatro meses para as eleições e já estamos testemunhando alguns candidatos em plena campanha político eleitoral. Com essa finalidade esses indivíduos estão correndo e mobilizando seus cabos eleitorais nos municípios e realizando articulações políticas em todo o estado do Tocantins.

De repente alguns desses candidatos, como num passe de mágica, estão aparecendo nas aldeias, com ar de "inocentes", oferecendo presentes, doando "pacotes" de bondades e realizando certas "ações" como se estivessem fazendo favores. Também como estratégia para iludir e enganar a população, mais uma vez esses falsos representantes do povo voltam às comunidades repetindo as mesmas promessas feitas em campanhas passadas.

No mês de fevereiro desse ano, políticos mobilizaram a população de Tocantinópolis e região pela pavimentação da rodovia TO 126 que corta a Terra Indígena Apinajé. Além de não índios, o movimento eleitoral envolveu alguns indígenas da região da aldeia Mariazinha, usados politicamente com a finalidade de pressionar a FUNAI, IBAMA e MPF para liberação no grito da Licença Ambiental da mencionada obra sem o devido cumprimento das Normas Legais.

Nesse contexto de campanha eleitoral, esses políticos estão se envolvendo em episódios "inusitados". O fato mais delirante aconteceu na aldeia Mariazinha no último dia 02/06/14, quando alguns instrutores e técnicos do SENAR teriam ido ministrar cursos de formação para índios daquela comunidade. Na ocasião a senadora ruralista Kátia Abreu, presente no evento, sem nenhum remorso ou escrúpulos vestiu e se enfeitou de Apinajé e as fotos foram postadas na internet.

É comum e faz parte de nossa cultura oferecer aos visitantes enfeites e ornamentos como colares, cocares e pulseiras. Todavia, no caso da senadora Kátia Abreu, o "ritual" pegou mal e lhe rendeu muitos protestos e reclamações nas redes sociais e na própria comunidade Apinajé.

Por sua atuação parlamentar desfavorável aos interesses das populações indígenas, quilombolas e agricultores familiares, a senadora vem sendo muito criticada e repudiada pelas organizações indígenas e camponesas do Brasil. É público e notório que durante seu mandato a senadora Kátia Abreu e sua bancada ruralista têm se revezado na tribuna do Senado Federal proferindo discursos ofensivos e dessa forma incitando uma infame campanha contra os Direitos Constitucionais dos Povos indígenas, incluindo as tentativas de aprovação da PEC 215/2000.

Em razão desse histórico infeliz de contradições, ponderamos que a nobre senadora deveria evitar andar nas aldeias indígenas, ainda que fosse convidada. Ressaltamos que nossos verdadeiros aliados, defensores e amigos da causa indígena que reconhecemos não usam de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

métodos inconvenientes para chegar a nossas comunidades. Esses estilos fingidos de fazer política não passam de uma desprezível afronta perpetrada por quem tem interesses de insultar e atingir as legítimas bases de nossas organizações indígenas e camponesas do Estado do Tocantins e do Brasil.

Denunciamos e repudiamos essa postura abusiva, incomoda e inadequada de alguns políticos e requeremos do MPE- Ministério Público Eleitoral do Estado do Tocantins, o acompanhamento e fiscalização do Processo Eleitoral em curso, para que não ocorram excessos e vícios que venham enganar e confundir o eleitor. Podemos assim prevenir e evitar situações que possa futuramente gerar dúvidas sobre a licitude e validade desse ato democrático de escolher nossos governantes por meio do voto. Que em nossa compreensão deve ser exercido pelos cidadãos brasileiros de maneira livre, refletida e consciente.

Terra Indígena Apinajé, 06 de junho de 2014



Projeto desenvolve turismo nas regiões quilombolas de Alagoas

SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 09.06.2014

Governo de Alagoas, por meio das Secretarias de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande) e do Turismo (Setur), firmou uma parceria com o Sebrae Nacional para execução do projeto "Turismo Cultural e o Ecoturismo na Região dos Quilombos de Alagoas", que tem o objetivo de estimular e fortalecer o turismo em comunidades quilombolas. O projeto foi apresentado nesta segunda-feira (09), no auditório do Sebrae.

A ação, entre outros pontos, tem o objetivo de promover o desenvolvimento empresarial da região, estruturando os produtos turísticos, focando nas expressões culturais e no ecoturismo. Outro ponto é levantar a potencialidade turística da região, pouco explorada atualmente. Na primeira fase do projeto, os seguintes municípios serão contemplados: União dos Palmares, Capela, Murici, São José da Laje, Mar Vermelho, Cajueiro e Viçosa.

Segundo o superintendente de Desenvolvimento Regional e Setorial da Seplande, Michael Chinelato, a ação deve estimular o crescimento hoteleiro, do setor de alimentos e logístico da região. "Com o desenvolvimento do projeto, empregos serão gerados diretamente e indiretamente, além de haver a qualificação da mão-de-obra. A soma desses fatores vai desenvolver todos os agentes que atuam diretamente na região, como também os moradores dessas comunidades", comenta.

Ainda de acordo com o superintendente Michael Chinelato, o projeto também visa resgatar as tradições quilombolas. "Algumas raízes culturais quilombolas foram sendo esquecidas com o passar dos anos. Há a necessidade de resgatar essas tradições e a história da região", explica.

Fonte: Seplande



Indígena morre a facadas durante briga de galera em Manacapuru

SÍTIO D24 AM, 09.06.2014

Conforme a assessoria da Polícia Civil, o indígena, que não teve a etnia revelada, estava em uma festa, quando se envolveu em uma briga e foi esfaqueado. A quantidade de golpes não foi divulgada

Manaus - Uma briga entre galeras rivais terminou na morte do indígena Kevison Coutinho Queiroz, 16, morto a facadas, na madrugada de ontem, durante uma festa na comunidade Terra Preta, em Manacapuru (município a 107 quilômetros de Manaus). A informação é da assessoria de imprensa da Polícia Civil (PC), que informou que ainda não há pistas sobre os suspeitos do crime.

O indígena chegou a ser levado ao hospital Lázaro Reis, em Manacapuru, mas não resistiu aos ferimentos. Conforme a assessoria da PC, o indígena, que não teve a etnia revelada, estava em uma festa, quando se envolveu em uma briga e foi esfaqueado. A quantidade de golpes não foi divulgada.

O caso será investigado pela Delegacia Interativa de Manacapuru (DIP).



Jornalista conta em livro experiência ao usar raiz indígena no AC

SÍTIO G1/AC, 09.06.2014

*O livro 'Muká, a Raiz dos Sonhos' foi lançado em Cruzeiro do Sul.
Jornalista fez uso da raiz após três anos na terra indígena Yawanawá.*

A experiência de sonhos e viagens feitas pelo jornalista Leandro Altheman Lopes, de 39 anos, por meio do uso da raiz indígena Muká, na terra indígena Yawanawá, localizada no Rio Gregório, em Tarauacá(AC), é retratada por ele no livro "Muká, a Raiz dos Sonhos". O livro foi lançado na Biblioteca Pública, na noite de sexta-feira (6). Leandro é paulista, mas mora em Cruzeiro do Sul (AC) há 14 anos.

Na obra o jornalista conta a experiência pessoal de formação espiritual com o Muká, uma raiz sagrada do povo Yawanawá, que significa "amargo". De acordo com o autor da obra, antes do Muká, fazia uso da Ayahuasca, chá feito a partir de cipó e uma planta amazônica, o que o motivou a morar na região. Ele explica que a utilização da raiz Muká é feita de forma restrita.

Altheman passou três anos na comunidade indígena Yawanawá, participando de três etapas diferentes da formação dos pajés, realizando dietas diversificadas, desde a ausência de certos tipos de alimentos, a falta de sexo, o preparo espiritual, até estar pronto para usar a raiz. Na Aldeia, após essa utilização, o escritor vive diversos sonhos que são relatados na obra.

Livro Muká (Foto: Vanísia Nery/G1) Livro Muká, do jornalista Leandro Lopes
(Foto: Vanísia Nery/G1)

"É um livro que possibilita uma viagem, mesmo para quem não é desse universo indígena. Como por exemplo, você pode ler um livro sobre o Egito, e viajar para o Egito, sem nunca ter colocado os pés lá. Esse livro é da mesma maneira, é uma literatura, é para todos, não só para quem admira, para quem gosta do mundo indígena", relatou o jornalista.

De acordo com Altheman, toda a experiência só pôde ser vivida por ele através de um chamado por meio de um sonho. "Na verdade não sei se foi eu que busquei Muká, ou o Muká que me buscou. Através dos primeiros sonhos que tive na aldeia eu fui convocado a ir para esse terreiro para viver essa história", enfatizou.

Segundo o escritor, durante o período de isolamento na floresta a pessoa sonha, e através dos sonhos são diagnosticados elementos que devem ser alcançados na vida espiritual. A ideia é fazer o lançamento do livro também em outras cidades.



Campanha recolhe roupas de frio para população indígena de Angra, RJ

SÍTIO G1, 09.06.2014

*São necessárias principalmente peças para crianças e adolescentes.
Pontos de coletas funcionam nos Cras, Creas e Secretaria de Ação Social.*

Uma campanha do agasalho em Angra dos Reis, na Costa Verde do Rio de Janeiro, está recolhendo roupas para serem doadas à população indígena da cidade. Segundo a Secretaria de Ação Social, a ação tem como objetivo ajudar a evitar casos de pneumonia no grupo durante o inverno.

São necessárias principalmente peças para crianças e adolescentes, mas a iniciativa também recebe doações de vestuário adulto, explica a secretaria. Aqueles que tiverem roupas para doar podem procurar um dos locais de coleta (ver lista abaixo) de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, até 30 de junho.

Empresas que quiserem participar da campanha ou funcionar como ponto de entrega de doações podem ligar para o setor de Ação Social pelos telefones (24) 3368-7313 ou (24) 3368-7413.

Pontos de coleta

- Centros de Referência em Assistência Social (Cras) dos bairros Belém, Bracuí, Campo Belo, Frade, Monsuaba, Nova Angra e Parque Mambucaba
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), na Rua 11 de Junho, nº 51, no Centro
- Secretaria de Ação Social, localizada na Praça Guarda Marinha Greenhalgh, s/nº, no Centro



Índios deixam costumes tradicionais e viram evangélicos em aldeia, no AP SÍTIO G1, 09.06.2014

*Processo de evangelização teria começado em 1965, contam índios.
Bebidas, danças e vestimentas tradicionais foram abdicados em aldeia.*

A aldeia Kumenê, que fica na reserva Uaçá, em Oiapoque, a 590 quilômetros de Macapá, é uma das mais isoladas comunidades indígenas no extremo norte do país. Para chegar a tribo da etnia Palikuré é necessário navegar ao menos 20 horas por três rios do Amapá. Apesar de localizada em meio a selva amazônica, a aldeia sofreu influência da chamada “cultura do homem branco”, segundo o cacique Azarias Ioio Iaparrá, de 50 anos. Uma delas foi a incorporação do protestantismo. “Somos evangélicos. A maioria da aldeia é crente”, resumiu o líder indígena.

Antes adeptos da cultura em que o Deus era a natureza, os índios da aldeia Kumenê passaram a acreditar em Jesus Cristo. A consolidação da religião protestante na tribo não é recente.

VEJA IMAGENS DA ALDEIA KUMENÊ EM OIAPOQUE

Relatos dos indígenas apontam que a “catequização evangélica” iniciou em 1965, quando um casal de missionários norte-americanos iniciou o referido processo que teria durado pouco mais de uma década. Eles teriam usado o argumento de que somente na crença em Jesus poderiam obter salvação divina.

“Os missionários explicaram pra gente que Jesus era o único salvador e que Deus fez o céu e a terra. Primeiro não acreditamos muito, mas depois começamos a aceitar a palavra e fomos nos batizando nas águas”, contou o pastor indígena Florêncio Felício, de 55 anos, que desde os 25 anos segue o protestantismo. A aldeia tem apenas uma igreja evangélica, construída em alvenaria por missionários na década de 1990.

Com a incorporação do protestantismo o batizado nas águas era uma forma de demonstração da aceitação de Jesus Cristo. A consagração religiosa implicou em uma série de mudanças no comportamento dos índios em razão da nova doutrina adotada na tribo indígena. O ato de batismo era celebrado à margem direita do rio Urukauá, que banha a aldeia Kumenê.

Dança em louvor a Jesus Cristo na aldeia Kumenê, em Oiapoque (Foto: Abinoan Santiago/G1) Dança em louvor a Jesus Cristo na aldeia Kumenê, em Oiapoque (Foto: Abinoan Santiago/G1)

Uma das primeiras mudanças refletida na tribo tratou do espaço da comunidade. O cacique Iaparrá relata que depois da incorporação da religião protestante, as casas dos índios que antes eram afastadas umas das outras, passaram a ser construídas em distâncias menores entre si.



"Cada família tinha a própria aldeia, mas depois dos missionários passamos a viver mais próximos, como se fosse uma única família", relatou Iaparrá.

O processo de mudança de cultura dos índios, conforme conta o cacique, teria se efetivado com a alfabetização dos nativos em português a partir da construção da primeira escola dois anos após a chegada dos missionários.

"Aprendemos a falar português porque era a língua dos brancos e assim também poderíamos nos comunicar melhor com os missionários", acentuou Azarias Ioio Iaparrá.

O cacique acrescentou que apesar de a maioria dos índios saberem o português, a comunicação entre si, incluindo os cultos, é realizada em dialeto nativo, o palikur. Apenas as palavras 'Jesus', 'Aleluia' e 'Amém' não tem tradução para a língua indígena usada na aldeia.

O pastor indígena da tribo lembra que entre as práticas culturais combatidas pela religião protestante, três foram extintas: a circulação de pessoas nuas na aldeia, danças típicas, feitiçaria de pajés e o caxixi, bebida com teor alcoólico a base de mandioca fermentada com saliva. As tradições foram trocadas pelos pastores.

Zila Santos, de 47 anos, foi uma das índias que deixou de realizar os costumes tradicionais. "Eu não bebo e nem fumo mais. Isso melhorou a minha vida porque antes, quando os índios bebiam, tinham muitas brigas na aldeia. Depois da igreja, isso não aconteceu mais", frisou.

Pensamento diferente tem o indígena Fernando Iaparrá, de 37 anos. Ele diz que saiu da igreja devido a mudança cultural que ela provocou nos índios que aderem a religião. "Eu gosto de beber o caxixi. Mesmo não tendo mais na aldeia, sou contra essa proibição. Por isso decidi deixar", justificou o índio, que disse ter sido evangélico por apenas um ano.

Por causa do processo de mudança cultural, a intenção do cacique Iaparrá lamenta que a tribo tenha perdido os traços culturais característicos indígena: "Eu vi que a gente não deveria deixar a nossa cultura, mas já perdemos muitas coisas. Crianças que não sabem nem dançar, por exemplo".

Culto

No lugar dos ritos tradicionais, os índios tomaram outra atividade para si. Por três vezes na semana, eles comparecem na única igreja da aldeia para acompanhar o culto evangélico.

A celebração religiosa começa às 20h e tem duração de três horas. Ela tem a mesma dinâmica de cultos realizados fora da tribo, com louvores, leitura de passagens bíblicas e danças com hinos evangélicos. A única diferença da reunião é que todas as atividades são na língua materna, inclusive a leitura da Bíblia, que é redigida em palikur. Veja um trecho do culto em vídeo.

O sonho do sucesso gospel

Os cultos na igreja em Kumenê têm várias bandas que participam durante a celebração. Uma delas é a Missão de Gideão, formada apenas por indígenas. O grupo existe há 20 anos e é um dos mais antigos na comunidade, segundo um dos membros da banda Sofonias Hipólito, de 39



anos.

Ele conta que o grupo musical é composto por quase dez pessoas, a maioria jovens. Ao longo de duas décadas, mais de 100 músicas gospel foram compostas na língua materna da aldeia, conforme cálculo de Hipólito. Veja o vídeo da banda ao lado.

Com tanta música, o integrante da banda revela que o maior sonho do grupo é sair da aldeia para gravar um disco em Macapá. "Temos um material autoral que precisamos colocar em um CD. Mas por causa da dificuldade financeira e distância, ainda não conseguimos viajar", disse.

Além das 20 horas navegando da aldeia até Oiapoque, a viagem até Macapá leva mais 12 horas via terrestre com passagem de ônibus ao preço de R\$ 90. "Peço todo dia para Deus nos ajudar a sair da aldeia. Temos muitos hinos e queremos mostrar nosso trabalho", concluiu Sofonias Hipólito.

Kumenê

A aldeia Kumenê está localizada na reserva Uaçá, em Oiapoque, extremos norte do país. Ela é composta por dez vilas às margens do rio Urukauá, que somam 1.963 índios, segundo o cacique Azarias Iapará.

Nas cabeceiras dos rios Oiapoque e Uaçá, a vegetação é de terra firme, mas seguindo em direção à foz do rio Urukauá, a vegetação muda, sendo tomada por campos alagados, com algumas montanhas, que permitem a ocupação humana.

A tribo faz parte da etnia Palikur, que também possui descendentes na Guiana Francesa. Na comunidade brasileira, a língua materna é uma das únicas culturas preservada. Os índios ainda utilizam o dialeto local para se comunicar entre si.

Além do dialeto palikur, muitos falam ou compreendem o patuá, idioma usado por índios das etnias Karipuna e Galibi-Marworno.

Em Kumenê, atualmente há atendimentos da Fundação Nacional do Índio (Funai), com um posto de saúde, e de uma escola estadual com aulas de até o ensino médio.



Aguilera pede e rede de iluminação pública começa a ser reparada na Reserva Indígena

SÍTIO JORNAL AGORA MS, 09.06.2014

O vereador Aguilera de Souza (PSDC) solicitou, por meio de indicação na Câmara Municipal de Dourados, que a Prefeitura fizesse a manutenção e a reparação da rede de iluminação pública das aldeias indígenas Jaguapirú, Bororó e Panambizinho e teve seu pedido atendido pela Prefeitura.

Na semana passada, uma equipe percorreu as vias da Reserva Indígena e deu início aos serviços de troca de lâmpadas e a instalação dos braços nos postes que não contavam. A ação vai beneficiar milhares de famílias, segundo diz Aguilera.

O vereador ressaltou a importância que os secretários municipais têm dado aos seus pedidos. "Agradeço ao prefeito e aos secretários por estarem atendendo as indicações feitas por mim. Pedi a troca de lâmpadas e implantação dos braços de lâmpada e prontamente fui atendido. Estou cumprindo meu ofício de vereador, tenho sido muito cobrado e tenho feito meu papel", disse o vereador.

Aguilera solicitou à Enersul o rebaixamento da rede de energia para que outras regiões da Reserva Indígena tenham acesso à iluminação pública e a energia elétrica. Os gerentes da empresa garantiram que a expansão da rede está inclusa no programa "Luz para todos" e que até o final de 2014 as obras serão concluídas.

"Sei dos grandes desafios; nos quatro cantos das aldeias encontramos os problemas de quase 100 anos de abandono, em todas as áreas sociais. Como liderança, nunca vou abaixar minha cabeça diante das críticas, e as tomo como incentivo para trabalhar e contribuir para melhorar a vida do meu povo e honrar a bandeira indígena", ressaltou o vereador Aguilera. (Assessoria Parlamentar)



Escola indígena acompanha treino alemão e presenteia Klose

SÍTIO TERRA, 09.06.2014

O foco do treino da Alemanha nesta segunda-feira, em Santo André, vila próxima a Santa Cruz Cabrália, na Bahia, não foram as jogadas de Müller, Özil e Schweinsteiger. Uma torcida diferente chamou a atenção, "invadiu" o treino e presenteou o atacante Miroslav Klose, aniversariante do dia.

Cerca de 20 indígenas da Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, uma das últimas praias de Cabrália antes de Santo André, compareceram ao Campo Bahia para acompanhar o treino da seleção alemã, que foi aberto ao público - cerca de 500 ganharam um passe. Após a atividade, eles fizeram uma apresentação com dança e cantos. Os jogadores, empolgados e curiosos, juntaram-se e participaram da brincadeira.

"Vimos esse treino da Alemanha como oportunidade de divulgar nossa cultura. Somos resistentes há mais de 500 anos. Somos um povo guerreiro, de muita luta, e queremos mostrar nossa cultura para o mundo", disse Vilma Matos, diretora da escola.

Depois da "farra" no treino, os indígenas deram dois presentes a Klose, que completou 36 anos nesta segunda: um arco e flecha, entregue por um policial, pelo fato de o objeto ser pontiagudo e perigoso, e um maracá, um instrumento de dança, uma espécie de chocalho.

Por fim, alguns jogadores da seleção ainda foram de encontro ao público e deram autógrafos e tiraram fotos com os fãs baianos.



Emater incentiva extrativistas de Chaves a manejarem o açaí nativo

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 09.06.2014

Em Chaves, no arquipélago do Marajó, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), incentiva extrativistas da Ilha Caviana, formada por sete comunidades rurais, a melhorarem a produção de açaí. Nas áreas a empresa vem trabalhando um diagnóstico sobre a cultura para identificar as potencialidades, necessidades e as práticas de cultivo.

Durante a ação na Caviana, 95 famílias foram identificadas desenvolvendo a atividade com o açaí. Junto às famílias, a Emater trabalha com palestras e oficinas de manejo adequado do açaizal. A expectativa é melhorar a produtividade das árvores, o preço do fruto e, conseqüentemente, a vida das famílias. As oficinas de capacitação contaram com parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Das famílias envolvidas na ação, 70 devem ser financiadas com recursos do Amazônia Florescer, por meio do Banco da Amazônia. Cada família financiada receberá o valor de R\$ 3.500,00. Para o acesso ao microcrédito a Emater emitiu Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), que credencia as famílias como agricultoras.

Em Chaves, as áreas de açaí são em sua maioria nativas. Atualmente, as famílias manejam cerca de 200 hectares do fruto. A Emater incentiva a atividade extrativista e tenta minimizar a ação nociva, que é causada pela derrubada sem discriminação dos açaizeiros para a retirada do palmito. Segundo dados da Emater, por cada árvore derrubada de açaí para a produção do palmito, o extrativista recebe R\$ 3,50, enquanto que a mesma árvore chega a render em açaí R\$ 25,00. Cada árvore rende em média 14kg do fruto.

Segundo o técnico da Emater, Orlando Lameira, dos agricultores que devem ser financiados, 40 terão o crédito renovado. "Além da melhoria na produtividade da lavoura, por conta do manejo adequado da cultura e dos benefícios gerados ao meio ambiente, o açaí tem melhorado substancialmente a qualidade de vida dessas famílias", observa Lameira. A Emater acredita que até o início do segundo semestre as famílias já comecem a receber os créditos.

Iolanda Lopes

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Opinião: ELEIÇÕES: A “flechada do índio”

SÍTIO PORTAL AZ, 09.06.2014

Por Miguel Dias Pinheiro*

Indiscutivelmente, o adversário do PT mais temido no Piauí é o PSDB, com suas principais lideranças em constante posição de confronto: Wellington Dias x Firmino Filho/Sílvio Mendes. O enfrentamento político-eleitoral dos dois grupos vem a cada eleição se tornando mais realçado e acentuado.

Em 2014, não será diferente. O quadro atual, com o sentimento de mudança nacional, com a saída de cena do deputado Marcelo Castro, bastou ser ‘ventilada’ a possibilidade da candidatura do ex-prefeito de Teresina, Sílvio Mendes, para que o pré-candidato do PT, Wellington Dias, começasse a chamar seu grupo sucessório de “pré-chapa”. Para o bom entendedor, significa isso dizer que Sílvio concorrendo não há “prego batido, ponta virada” na formação da chapa do PT com a vice do PP.

Enquanto mantida a pré-candidatura de Marcelo Castro, a caminhada de Wellington Dias rumo ao Karnak apresentava-se – mesmo que aparentemente – como “favas contadas”, tranquila. Além de ter sido “triturado” pelos próprios correligionários de partido, Castro não conseguiu empolgar. Primeiro, porque não significava real mudança. Votando em Dilma, ficava difícil convencer o eleitor como viável. Segundo, porque não se apresentou com um discurso de oposição, preso que ficou ao governo Zé Filho.

Com Sílvio Mendes como candidato a situação de conforto do senador Wellington Dias desaparece. O tempo vai comprovar tal assertiva. Mesmo que em um primeiro momento as pesquisas apontem o petista na frente, com Sílvio candidato após o mês das convenções a tendência é que a eleição fique polarizada entre PT e PSDB, estabelecendo-se um confronto eleitoral no primeiro turno.

Na eleição de 2010, concorrendo contra o então governador Wilson Martins candidato à reeleição, com “poder de fogo” extremo, no segundo turno daquela eleição o médico Sílvio Mendes obteve aproximadamente 42% dos votos válidos em todo o Piauí. Apesar da maioria do adversário em número de votos, com o governo federal e o estadual às mãos e o apoio incondicional de todos os petistas do planalto à planície, mesmo assim o tucano amealhou o apoio de quase da metade do nosso eleitorado com seu projeto político de chegar ao Palácio de Karnak.

Hoje, sem dúvidas, esses números devem preocupar os petistas. Principalmente o senador Wellington Dias. Ainda mais agora diante da queda constante da presidente Dilma nas pesquisas de intenção de voto, surtindo efeito negativo em todo o país para o PT, inclusive no Piauí. Indiscutivelmente, em termos político-eleitorais, Sílvio Mendes não será igual a Marcelo Castro. Muito menos a Mão Santa e Zé Filho. A começar pelo discurso. Aqui, sim, literalmente a “roda grande não poderá entrar na pequena”.

CONT.



Sílvio Mendes concorrendo, a tendência é que a formação da chapa do senador petista seja reestudada. Como o tucano tem em Teresina seu maior e melhor reduto eleitoral, é muito natural que seu adversário comece a se preocupar e, quem sabe, rediscutir a possibilidade de mudança do nome do vice. No meu pensar, o ex-prefeito de Teresina, Elmano Férrer, passaria a ser essa “bola da vez”, a próxima “flechada do índio” para se contrapor à candidatura de Sílvio Mendes em Teresina, onde Elmano deixou um legado de reconhecimento político-eleitoral.

Exercício difícil esse de entender a política do Piauí? Não! Mas, é assim que funciona, para relembrar a memorável frase do mineiro Magalhães Pinto, segundo a qual “política é como nuvem. Você olha e ela está de um jeito. Olha de novo e ela já mudou de lugar”. Com Marcelo Castro concorrendo, a “nuvem” estava em determinado lugar. Zé Filho assumiu e outra começou a aparecer no universo. Agora, com Sílvio, a nuvem muda de posição e, amanhã ou depois, estará em outro ponto, com outro formato e levada pelos ventos das alternativas políticas. É assim que funciona, doutor!

*Advogado

Funai e Governo preparam desintrusão de mosquitos na Terra Indígena Yanomami
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 10.06.2014



A Hutukara Associação Yanomami denunciou à Funai e ao Ministério Público o alarmante aumento no número de casos de malária entre os índios nos últimos 10 anos, apesar do aumento dos gastos do Governo Federal com a saúde indígena. Embora o investimento do governo na saúde dos yanomami tenha aumentado seis vezes, no mesmo período, a incidência de malária subiu de 60%. A entidade denuncia mal uso dos recursos.

Segundo a Hutukara, custos com aviões para transportar doentes da Terra Indígena para Boa Vista, capital de Roraima no ano passado, cerca de R\$ 21 milhões, foram para a conta de duas empresas de aviação. Os gastos do Governo com o serviço de táxi aéreo dos yanomami em 2013 foi de R\$ 21 milhões, exatamente metade dos R\$ 42 milhões despendidos pelo Ministério da Saúde para a etnia.

A reserva yanomami ocupa uma área de 9 milhões de hectares em Roraima e no Amazonas. A população é de aproximadamente 20 mil índios, divididos em 228 comunidades.

"Não falta dinheiro, mas faltam médicos, equipamentos e medicamentos. A saúde dos índios só piora!", dizem os representantes da entidade em documentos enviados ao Governo Federal e à imprensa.

A explosão dos casos de malária na Terra Indígena Yanomami mostra a baixa qualidade do atendimento à saúde indígena, segundo a Hutukara. A incidência da doença nos dias de hoje é semelhante à situação vivida pelos yanomami nas décadas de 1980 e 1990. "Apesar de o Governo Federal ter triplicado o volume de recursos enviados para a saúde nos últimos dez

CONT.



anos, o aumento no número de casos demonstra que algo está errado com a gestão”, aponta o relatório.

A mortalidade infantil dos índios yanomami atingiu o índice de 113 por mil nascidos vivos em 2013, dez vezes maior do que o coeficiente de mortalidade infantil no resto do Brasil.

O procurador da República Gustavo Kenner Alcântara disse, em entrevista ao jornal Folha de Boa Vista, que o Ministério Público Federal está investigando a situação na área indígena. A Procuradoria quer saber quais os problemas que estão ocorrendo, detalhes sobre os gastos com aviões e a situação da saúde como um todo.

“Estamos tentando identificar se os recursos estão sendo direcionados para ser usados no que deveriam, que é a atenção básica. Temos que trabalhar com dados concretos e estamos buscando comprovação dos gastos”, explicou o procurador.

Segundo o procurador informou que irá procurar um diagnóstico para o problema. “Todos os dados são públicos e precisam estar disponíveis. Existem questionamentos aos quais os dados informados não são fieis. O dinheiro investido não corresponde ao resultado que a gente espera e vamos cobrar isso. E se ficar provado que os dados não correspondem, vamos usar os meios legais”, garantiu Alcântara.

A atenção básica tem que ser feita devidamente, pois assim evita-se a doença: com cuidados com a água e outras questões simples”, explicou.

Uma operação de desintrusão do mosquito Anopheles causador da malária não está descartada.

OBS.: A foto é da expulsão dos últimos produtores rurais incluídos pela Funai na área dos índios yanomami. Foi tirada há uma semana por Mario Vilela, fotógrafo da própria Funai.



Matando com e contra a lei

SÍTIO CIMI, 10.06.2014

Seguidamente ouvimos dos povos indígenas expressões como: “Estão nos matando com a lei, a canetaço, leis que eles mesmos fizeram, dizendo que é para nos defender. Basta citar todas as Constituições desde 1938 até a de 1988. Em todas elas está garantido o direito a nossas terras, a proteção dos nossos territórios”. É óbvio que nesse quesito a Lei Maior do país foi olímpicamente desrespeitada. Os territórios indígenas foram invadidos, os recursos naturais saqueados. E o que é mais grave, continua o mesmo processo.

Vale lembrar o Código Civil, de 1916, tão cioso em defender os índios, que os enquadrava na categoria dos menores de idade, dos relativamente incapazes. Será que já paramos para olhar as barbaridades feitas contra os índios por seus tutores, em nome da tutela? Basta dar uma foleada nas mais de sete mil páginas do Relatório Figueiredo, fruto de uma rápida investigação, em 1967, sobre a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Poder-se-ia dizer que tudo que é crime e perversidade foi encontrado, sendo em maior parte as ações e crueldades feitas por agentes do Estado, pelos tutores, ou no mínimo, com a conivência e omissão dos mesmos. E se tivermos mais um pouco de tempo, que tal foliar os milhares de páginas de violências contra os povos indígenas expostas nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) de 1953 (Senado), 1963 e em consequência dessa outra em 1968 e depois em 1977. Assim teríamos um enorme mosaico de violências, violações dos direitos indígenas, caracterizando um processo de etnocídio e genocídio.

Até mesmo a Lei 6.001 (Estatuto do Índio), de dezembro de 1973, vigente até hoje, tem sido largamente usada pelos inimigos dos índios e pelo Estado brasileiro, para promover a integração-assimilação dos povos indígenas, e utilizar os territórios conforme suas conveniências, pois no Artigo 20 estabelece que a União pode dispor das terras indígenas sempre que entender que seja para a “segurança nacional”, ou para realização de obras, ações, de interesse ao desenvolvimento do país.

Se tudo isso não bastasse para ao menos sacudir um pouco a nossa consciência adormecida e mal informada com relação aos povos indígenas e seus direitos, vemos que, infelizmente o processo de matar os índios com a lei, apesar da lei ou contra a lei continua. Lembremos o que afirmou Orlando Vilas Boas, na década de 1970: “Em cada século o Brasil matou um milhão de índios”. Provavelmente o número seja ainda maior. Apesar de tudo isso, continuamos impassíveis, sendo alimentados com bombardeios de informações sobre a Copa do Mundo. Para a maioria dos povos indígenas é apenas mais um tempo de sofrimento, de violências, desrespeito, racismo e assassinatos. Mas estes avisam: “Estamos em campo, nem que seja nas batalhas, enfrentando bombas e balas de borracha. O gol que interessa a nós, povos indígenas, é a demarcação de nossas terras”. Assim declarou Sonia Guajajara, após encontro com os presidentes da Câmara e do Senado.

A luta ruralista contra a lei

CONT.



Não satisfeitos com todas as investidas para tirar os direitos indígenas da Constituição, na semana passada eles abriram um novo flanco para sua artilharia pesada. O novo alvo foi a “iníqua” (segundo eles) Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário desde 2004.

O debate sobre a revogação da Convenção 169 é uma investida dos ruralistas, que estão utilizando a Comissão Especial da PEC 215/2000 para fazer palanque contra os direitos dos povos indígenas e populações tradicionais. O proponente da investida é o deputado Paulo Cesar Quartiero, conhecido pela truculência contra os povos indígenas em Roraima, respondendo a vários processos. Segundo Fernando Prioste, advogado popular e o coordenador da Terra de Direitos, “a iniciativa ruralista é um claro ataque a indígenas, quilombolas e povos tradicionais que lutam pela efetivação de direitos”.

O mais grave descumprimento das leis foi sem dúvida a não demarcação das terras/territórios indígenas. É como se o Estatuto do Índio não tivesse ordenado ao Estado brasileiro a demarcação de todas as terras indígenas até dezembro de 1978. E o mais grave, a Constituição de 1988 estabeleceu outros cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas. Até hoje vemos a recusa do Estado em cumprir essa sua obrigação, e o Legislativo, por pressão dos ruralistas e do agronegócio, tentando inviabilizar a demarcação das terras indígenas. Quem está pagando com seu sangue e sofrimento esse descumprimento das leis são os povos originários desta terra. Enquanto isso se continua matando com a lei, procurando também desconstruir e matar direitos conquistados na Constituição e legislações internacionais.



Carta aberta do primeiro COIREM – Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà
SÍTIO AUTOGESTÃO.ORG, 10.06.2014

Dos dias 4 à 9 de Junho, aconteceu o primeiro COIREM – Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà. Ele foi realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e contou com a participação de diversas etnias e movimentos sociais. No ultimo dia do Congresso, dia 9 de Junho, uma audiência pública foi chamada junto à representantes de entidades jurídicas para levar as reivindicações e as propostas do encontro.

Essa audiência publica aconteceu na UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que se encontra próxima ao antigo prédio do Museu do Índio, ocupado durante 6 anos por povos indígenas (Ocupação Aldeia Maraká'nà), e desalojado em Dezembro de 2013 por causa do projeto da Copa do Mundo. O prédio, que fica bem ao lado do Estádio Maracanã, foi considerado pertencente aos povos indignas pela justiça mas, ainda sim, o Governo do Estado do Rio de Janeiro expulsou os indígenas que viviam no local. A poucos dias do inicio da Copa, o prédio se encontra abandonado e “escoltado” por milhares de policias.

Os participantes do COIREM escreveram uma Carta Aberta para expor as reivindicações e propostas decididas no Congresso. Leia a carta na íntegra aqui:

O COIREM, realizado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com a participação de representantes de diversas etnias Terena, Guaraní-Nhadeva, Guaraní-Kaiowá, Guaraní-Mbyá, Nhadeva, Guajajara, Krikati, Kaiapó, Potiguara, Puri, Ashaninka, Manauara, Maxakali, Xukuru Kariri, Fulni'ô, Xakriaba, e representantes dos movimentos Liga dos Camponeses Pobres, professores, Movimento Sindical Docente, estudantes e Movimento Estudantil, reafirmam seu apoio incondicional e o caráter transcendente do Movimento de Resistência Aldeia Maraká'nà e demais povos indígenas aldeados ou não aldeados e populações tradicionais, e declaram que:

A proposta de Universidade Indígena é uma alternativa ao modelo de educação brasileira, para a descolonização de saberes e o reconhecimento dos saberes e ciência das populações nativas.

Repudiamos as artimanhas do governo federal e o GT interministerial que se diz construir uma “universidade indígena”. Entendemos que a Universidade Indígena deve ser autônoma e priorizar a consulta das comunidades de base.

O COIREM conclama os povos indígenas “aldeados” e em contexto urbano de todo o território nacional e demais povos excluídos, oprimidos e marginalizados, rural e urbano, a não negociar com o Estado nenhum tipo de direito já conquistado.

Reafirmamos a importância de garantir aos indígenas em contexto urbano os seus direitos e o reconhecimento da sua identidade e autoafirmação indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

Exigimos a reparação coletiva para as populações (algumas quase extintas) segregadas, violentadas, expulsas ou transferidas compulsoriamente de suas terras pelo estado.

Denunciamos o ataque e a criminalização de lideranças da luta pela terra e frequentes assassinatos dos mesmos. Solicitamos atuação efetiva e impessoal dos órgãos responsáveis pela punição daqueles que atentam contra a vida dessas lideranças.

Para que haja um movimento nacional forte e com poder de mobilização, concordamos que é importante construir uma aliança entre os povos indígenas, organizações e movimentos sociais que lutam pela terra e por justiça.

Concordamos que o principal inimigo comum dos participantes do COIREM é o "capitalismo selvagem" que oprime, destrói, expulsa e mata aqueles que são considerados empecilhos para o chamado desenvolvimento do país.

Condenamos a ação violenta do Estado, através das forças militares, no campo e na cidade, que expropriam e retiram das famílias o direito à vida digna.

Trabalharemos no sentido de construir a autonomia, autogestão, autodeterminação territorial, e todas as formas de ação direta e independente.

Repudiamos as praticas imperialistas da nação brasileira que afetam as populações nativas em outros países da América Latina e Africa e os projetos neocolonialistas que promovem e perpetuam a pobreza.

Os participantes do COIREM informam que estão dispostos a requerer seus direitos e a fazer as demarcações das suas terras na sua integralidade, com ou sem contribuição do estado ("Auto demarcação").

Exigimos, mais uma vez, o arquivamento imediato da PEC 215, e revogação imediata da Portaria 303 da AGU, projetos de lei e outras alternativas "legais" que atentam contra as populações indígenas e populações pobres do meio rural, e a manutenção na integra dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988. Reivindicamos, também, a imediata aplicação da Convenção 169 da OIT e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, da qual o Brasil é signatário

Propomos às populações indígenas, movimentos sociais parceiros das causas indígenas, entidades de apoio, a realização do II COIREM.

Seropédica – Rio de Janeiro, 8 de junho de 2014.



'Falta coragem' para arbitrar invasões indígenas, diz Aécio Neves

SÍTIO APORTE NEWS, 10.06.2014

Senador e pré-candidato à presidência da República, Aécio Neves (PSDB), tenta aproximação com produtores rurais defendendo o combate às invasões de indígenas em propriedade privadas.

"Garantir segurança jurídica é essencial para o Brasil crescer. A Constituição está aí para ser cumprida. O que falta é coragem para arbitrar os contenciosos", afirmou ele na sede da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS), em Campo Grande.

O que mais tem ajudado o País a crescer é o agronegócio. Da porteira para dentro não tem ninguém mais produtivo que o brasileiro.

(...) O que é preciso que ocorra? Uma guerra ao custo Brasil, com choque de logística", afirmou Aécio Neves em resposta ao presidente da Aprosoja Brasil (Associação Brasileira dos Produtores de Soja) e diretor do Sistema Famasul, Almir Dalpasquale.

Aécio Neves classificou seu plano de governo como "totalmente diferenciado. Não converge as minhas intenções com a dos demais.

O Brasil está na lanterna em qualquer ranking se comparando com países em desenvolvimento. O setor público não precisa ser ineficiente por ser público, desde que tenha metas e prioridade ele pode apresentar resultados positivos.

Como solução para parte das problemáticas que envolvem o agronegócio brasileiro, o pré-candidato propôs créditos adequados, busca por mercados com políticas externas, planejamento para logística e busca por capital privado que gere parceria com o setor público.



Norte Energia repudia conclusões baseadas em dados não oficiais

SÍTIO O XINGU, 10.06.2014

A Norte Energia, empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, repudia as insinuações sem fundamento, baseadas em dados que contradizem estatísticas oficiais, veiculadas na reportagem "Belo Monte leva índios à prostituição, diz pesquisa", publicada neste domingo (8/6) pela Folha de São Paulo, no caderno Cotidiano. Em respeito aos acionistas e colaboradores, e também em consideração aos leitores do jornal, a Norte Energia esclarece:

1) Desde 2012, a Empresa monitora dados fornecidos por instituições como Ministério da Saúde, IBGE, Funai, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e dos centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Especializados de Assistência Social (CREAS) nos municípios da região do empreendimento. Muitos dos indicadores que fundamentam esse monitoramento são registros históricos desde 2007 e vão de encontro às conclusões do estudo feito por pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), que em nenhum momento são identificados na reportagem. Com base nos dados do Conselho Tutelar, o número de registros de casos de "prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes" não aumentou nos dois últimos anos, ao contrário do que sugerem os autores. Em 2012, foram registrados, em média, 15 casos por mês em Altamira. Em 2013, este número foi de 10, o que representa uma redução de 33%.

2) É leviana e desrespeitosa com os indígenas a informação de que "a exploração sexual também teria sido estimulada por uma compensação mensal de R\$ 30 mil por aldeia, de 2010 a 2012, pela Norte Energia, responsável por Belo Monte". Deve-se ressaltar que o chamado Plano Emergencial para atender aos indígenas consistiu numa ação temporária desenvolvida pela Norte Energia entre 2010 e 2012 a pedido da Funai e das comunidades. Nunca houve repasse direto de dinheiro às aldeias. Desde o fim dessas ações, está em vigor o Projeto Básico Ambiental-Componente Indígena (PBA-CI), cujo Plano Operativo foi aprovado pela Funai em abril de 2013.

3) Com base no relatório dos pesquisadores, a Folha afirma que "uma equipe de 15 trabalhadores que estava construindo as casas na aldeia [Laranjal, Terra Indígena Arara] estaria fumando pedra [crack] na aldeia e se relacionando com as índias". A Norte Energia nunca recebeu informação, ou denúncia, sobre comportamento inadequado de qualquer trabalhador sob sua responsabilidade em aldeias indígenas, nem da Funai, que tem como missão promover e proteger os direitos dos indígenas, nem da Polícia Federal, responsável pela investigação de violações dos direitos dos indígenas, nem mesmo de lideranças das comunidades, que dispõem de canal de comunicação permanente com a Empresa. Este ano, equipes da Norte Energia já estiveram duas vezes na aldeia Laranjal (12/02 e 19/05). Em nenhuma dessas viagens foi constatado problemas com drogas envolvendo trabalhadores. Tampouco os indígenas apresentaram qualquer reclamação referente a possível assédio de trabalhadores a mulheres indígenas.

CONT.



4) Para obras nas aldeias, a Norte Energia capacita e orienta os operários das empresas contratadas para desenvolver os trabalhos por meio do Programa de Comunicação Não Indígena (PCNI). O programa, uma ação do componente indígena do PBA da UHE Belo Monte, dissemina condutas que devem ser rigorosamente observadas nas áreas indígenas. Os operários também assinam um rigoroso termo de conduta estabelecido pela Funai. A equipe do PCNI acompanha as obras nas aldeias através da comunicação diária, via rádio. Também é feito acompanhamento direto nas aldeias.

5) Procurada pela reportagem da Folha de São Paulo, a Norte Energia prestou todas as informações solicitadas. Mas lamenta que o jornal tenha ignorado o conjunto de iniciativas que a Empresa desenvolve para promover a proteção social às crianças, adolescentes e mulheres na região do Xingu. As principais ações são:

I - a Empresa, por meio do convênio com a Secretaria Estadual de Segurança Pública, investe na segurança pública local com a doação de equipamentos de segurança, construção de edificações de apoio, fornecimento de materiais, dentre outras ações;

II - a ampliação do Espaço de Convivência de Meninos e Meninas (até 17 anos) em Altamira. O espaço contará com alojamento para 20 pessoas, berçário, banheiros, refeitório, sala de TV, laboratório de informática, brinquedoteca, área recreativa, parque infantil, sala de estudos. As obras serão concluídas até o final de 2014;

III - há também convênios com os municípios de Altamira e Vitória do Xingu para implantar serviço de assistência social, com cerca de 40 profissionais, resultando em mais de 1.500 atendimentos às famílias. Para apoiar ações municipais e estaduais, foram doados veículos para entidades, como o Conselho Tutelar de Altamira e o Programa de Agentes Voluntários de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; e

IV - a Norte Energia oferece ainda palestras educativas sobre medidas preventivas de doenças e agravos à saúde nas comunidades e escolas a fim de minimizar fatores que contribuem para o aumento dos índices de criminalidade; gravidez e prostituição na infância e adolescência; violência contra menor. Foram realizadas 118 palestras, abrangendo 6.702 participantes. No total, 43 temas foram abordados nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

RN – Povos Indígenas & Justiça – II Edição, hoje, às 19h

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014

Departamento de Ciências Sociais - O Departamento de Ciências Sociais realizará hoje, 10/06 (terça-feira), o evento "Povos Indígenas & Justiça", em sua segunda edição, às 19:00 horas, no auditório da Universidade Federal de Rondônia – Centro.

Contando com lideranças do movimento indígena local e nacional, a proposta do evento é permitir um diálogo e troca de informações sobre pontos sensíveis aos povos indígenas, como as Propostas de Emendas Constitucionais 038/99 e 215/00, o Decreto 7957/2013 e os conflitos/impactos socioambientais consequentes aos grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia.

Participarão os seguintes expositores: Sônia Guajajara – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Valdenilda Massaka – Coordenação Indígena da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (Sedam/RO), Márcia Nunes Maciel – Historiadora, Almir Suruí e Antenor Karitiana (lideranças indígenas em Rondônia) e Heliton Gavião – Coordenação Indígena da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (Sedam/RO).

Presidirá a mesa o professor Vinicius Valentin Raduan Miguel, tendo como mediadora dos debates a cientista social Inaê Nogueira Level.

Endereço: Unir Centro (Av. Presidente Dutra, 2965 – Centro)

Data: 10/06/2014 (terça) às 19:00 horas.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Vini Miguel.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

Território, interculturalidade e bem-viver: as lutas dos povos indígenas no Brasil, em 24 de junho, em Coimbra, Portugal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014

TERRITÓRIO, INTERCULTURALIDADE E BEM-VIVER

AS LUTAS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Dário Vitório Kopenawa (Povo Yanomani)
Jacir José de Souza (Povo Macuxi)
Josias Manhuary Munduruku (Povo Munduruku)
Luiz Henrique Eloy Amado (Povo Terena)
Maximiliano Correa Menezes (Povo Tukano)
Paulino Montejo Silvestre (Povo Maya - APIB Brasil)
Sonia Bone Guajajara (Povo Guajajara)
Telma Marques da Silva (Povo Taurepang)

24 Junho 2014
9h às 19h
CES - Sala 1

Abertura: Boaventura de Sousa Santos

Logos: alicé, CES, and other institutional logos.

Resumo:

O colóquio destina-se a todas as pessoas – integrantes do movimento indígena, pesquisadores, ativistas e sociedade civil – que apresentem inquietudes acerca dos rumos que o debate sobre o território e a saúde tem tomado, tendo ciência da permanente violência sofrida pelos povos indígenas no Brasil. A saúde, no seu sentido mais amplo e como eixo transversal às temáticas abordadas – gênero, reprodução material e social da vida e direito à terra –, articula a reflexão proposta em torno do sentido mais profundo do bem-viver para as populações indígenas.

Lideranças indígenas de sete diferentes etnias brasileiras – Guajajara, Macuxi, Munduruku, Terena, Taurepang, Tukano e Yanomami – estarão presentes neste colóquio, apresentando suas lutas e debatendo a questão da terra e os impactos sofridos pelos povos indígenas brasileiros face ao modelo vigente de desenvolvimento.

São objetivos deste colóquio internacional:

- 1) Traçar um panorama dos impactos socioculturais e ambientais sofridos por conta do modelo neoextrativista de desenvolvimento no Brasil;

CONT.



- 2) Contextualizar as lutas dos povos indígenas pelo território;
- 3) Refletir sobre a importância das práticas econômicas de reprodução material da vida como formas de manutenção das diferentes cosmovisões e de garantia do bem-viver;
- 4) Debater os direitos e a mobilização das mulheres a partir da saúde indígena;
- 5) Ampliar o debate sobre o sentido da saúde no âmbito da questão indígena.

Coordenação:

Boaventura de Sousa Santos e Luciane Lucas dos Santos, no âmbito do Projeto Alice

Programa/Nota Biográfica:

PROGRAMAÇÃO

9:00h – 9:30h - Inscrição dos participantes

9:30h

Mesa de Abertura

- Boaventura de Sousa Santos – Diretor do CES e Coordenador do Projeto Alice
- Sonia Guajajara – Coordenadora Executiva da Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Marcio Florentino – Professor da Universidade de Brasília (UnB) e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Saúde
- Luciane Lucas dos Santos – Investigadora do CES – Projeto Alice

10:00h – 12:05h

Mesa 1: O Bem-Viver e as lutas pela terra: um debate sobre o modelo de desenvolvimento neoeextrativista brasileiro

- Sonia Guajajara (Coordenadora APIB – Povo Guajajara)
- Josias Manhuary Munduruku (líder dos guerreiros do Povo Munduruku)
- Jacir José de Souza (ex-tuxaua de Maturuca e grande líder na Raposa Serra do Sol – Povo CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

Macuxi)

- Luis Henrique Eloy Amado (Assessor Jurídico do Conselho do Povo Terena e Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá – Povo Terena)

Comentadora: Luciane Lucas dos Santos – Investigadora do CES/Projeto Alice

Mediador: Maurício Hashizume – Investigador do Projeto Alice

12:05h – 14:00h – Almoço

14:00h – 15:50h

Mesa 2: Saúde Indígena, Interculturalidade e Bem-Viver

- Dário Vitório Kopenawa Yanomami (Coordenador do Setor de Saúde Indígena da Hutukara Associação Yanomami – Povo Yanomami)

- Maximiliano Correa Menezes (Coordenador Geral da COIAB – Povo Tukano)

- Paulino Montejo (Assessor da APIB – Povo Maya)

Comentadores:

- Marcio Florentino – Professor da Universidade de Brasília (UnB)

- Luciane Ouriques – Antropóloga – Pesquisadora em Saúde Indígena

15:50 – 16:05h – Coffee-Break

16:05h – 17:25h

Mesa 3: Questões de Gênero: discutindo a saúde da mulher indígena e outros desafios

- Telma Marques da Silva (Secretária do Movimento de Mulheres Indígenas de Roraima – Povo Taurepang)

- Sonia Guajajara (Coordenadora da APIB – Povo Guajajara)

Comentadora: Teresa Cunha – Investigadora do CES – Projeto Alice

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

17:25h – 19:10h

Mesa de Encerramento

Boaventura de Sousa Santos e lideranças indígenas presentes

– [CLIQUE AQUI PARA FAZER A INSCRIÇÃO GRATUITA](#)

@ CES-Coimbra Sala 1 -Coimbra – Portugal – June 24, 2014 9:30 am – 7:30 pm.



FOIRN denuncia incêndio na Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/FOIRN informa com grande tristeza que ocorreu um incêndio na Wariró – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro, na madrugada de 09 de junho de 2014.

Esperamos que as investigações apontem o motivo que provocou o fogo e a perda de anos de investimento do movimento indígena de criar o centro de comercialização dos povos indígenas no rio Negro, que promovia geração de renda para as famílias indígenas e a valorização (preservando e incentivando) de práticas ancestrais dos produtos rionegrinos. Wariró comercializa artigos com valor agregado, feitos de forma tradicional a partir de matérias-primas retiradas e processadas de maneira sustentável – respeitando a capacidade de composição da natureza – como bolsas de fibra de tucum, cerâmica tukano, cestos yanomami, pimenta em pó, farinha de tapioca, pupunha, mandioca e artesanatos de várias etnias.

Os produtos tradicionais sempre dividiram as prateleiras da Wariró com livros, vídeos e CD's com músicas sobre os mitos e as histórias dos povos do rio Negro.

As lideranças da FOIRN, apesar da tristeza, não vão desistir, e contamos com o apoio dos parceiros, amigos e simpatizantes para reconstruir a WARIRÓ – CASA DE PRODUTOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO.

Colabore com a nossa luta, por um comércio justo aos produtos indígenas do rio Negro. Deposite qualquer valor no Banco do Brasil – Agência 1136-3; Conta Poupança: 17.563-3

Contamos com o seu apoio e agradecemos a colaboração (envie seu comprovante de depósito ou transferência para nós: foirn@foirn.org.br).

Atenciosamente,

Diretores da FOIRN



'Impasse sobre indenização pode acabar nesta semana', diz Delcídio

SÍTIO TOP MÍDIA NEWS, 10.06.2013

Segundo o senador Delcídio do Amaral, o Ministério da Justiça encontrou uma solução para resolver o problema que deve ser anunciado nos próximos dias

De acordo com o senador Delcídio do Amaral (PT), o impasse sobre a indenização dos produtores rurais que possuem propriedades em terras indígenas pode acabar nas próximas semanas. Segundo o pré-candidato ao Governo do Estado, o Ministério da Justiça encontrou uma solução para resolver a questão em Mato Grosso do Sul.

"Não tenho permissão para anunciar nada por enquanto, mas devemos anunciar nas próximas semanas essa decisão final. O Ministério da Justiça encontrou uma solução sobre a indenização da terra nua e benfeitoria", explicou o senador durante evento da Planária do PT realizada nesta segunda-feira (9), no Hotel Buriti, em Campo Grande.

O senador ainda informou que tem uma reunião agendada nesta terça-feira (10), no Palácio do Planalto justamente para tratar sobre essa questão. Segundo o ex-delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário, João Grandão, a reunião está marcada para às 18 horas e contará com a presença de representantes do Incra.

"Com isso vamos resolver o problema de insegurança a partir do diálogo. Esta questão não pode ser tratada como disputa política e o governo federal está tratando o assunto com uma questão de Estado. Agora nós precisamos ter paciência até que tudo se resolva", finalizou.

Ministro - O ministro Miguel Rosseto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário vem à Mato Grosso do Sul e participa às 9 horas de uma reunião no assentamento Itamarati, em Ponta Porã. E também vai tratar sobre esse assunto.

Reunião - Ontem durante uma reunião realizada na sede da Fetems, entre o presidente nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Mário Guedes e o senador Delcídio do Amaral e demais autoridades, trataram sobre o assunto do refinanciamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que financia projetos individuais ou coletivos para os pequenos agricultores familiares.

Segundo João Grandão, atualmente Mato Grosso do Sul possui 70 mil famílias no programa e parte destas famílias encontram-se inadimplentes. "Não posso precisar quantas são, mas para estas famílias que estão com restrição poderão refinar a dívida ou quitar o débito até o dia 31 de dezembro. E logo depois poderão refazer um novo empréstimo", finalizou.

Desafios da transposição vão da burocracia à preservação ambiental

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014



Em 2007, o governo federal lançou os editais de licitação para as obras da transposição do rio São Francisco, cujo prazo inicial para conclusão era 2010.

Maurício Moraes, BBC Brasil

No ano seguinte, em 2008, as construtoras já estavam nos canteiros. Mas, por diversos motivos, a empreitada logo se mostrou mais complexa que o esperado, fazendo com o governo tivesse de renegociar todos os contratos, atrasando as obras – que até agora não terminaram.

Entre 2010 e 2011, uma das construtoras rompeu o contrato e abandonou o projeto. Para garantir sua continuidade, o governo teve de refazer o plano de gestão das obras, estabelecendo uma série de metas e estágios, o que levou às mudanças contratuais das demais empresas envolvidas.

Uma das razões admitidas pelo próprio governo para fazer essas mudanças foi que “as licitações iniciais foram todas realizadas em cima de projetos básicos”, e não a partir de projetos executivos detalhados, segundo explicou Frederico Meira, Coordenador Geral de Acompanhamento e Fiscalização de Obras do Ministério da Integração Nacional.

Para Meira, os projetos básicos não eram suficientes, por não trazer detalhes do terreno, em especial o tipo de solo, fundamental na edificação civil.

CONT.



“Isso fez com que na hora que se começasse a execução das obras, comessem também a haver diferenças e distorções entre o que estava quantificado e o que estava realmente sendo encontrado”, disse.

Solo não-uniforme

Esse problema, no entanto, não significa que houve irregularidades nos contratos.

A Lei de Licitações atualmente em vigor é frequentemente criticada por não exigir que o governo tenha em mãos projetos executivos ao lançar editais de licitação. Em muitos casos, a obra acaba sendo uma caixa de surpresas.

Um dos maiores exemplos dessa distorção foi o túnel Cuncas 1, de 15 quilômetros, que liga Mauriti (CE) a São José das Piranhas (PB).

A falta de um estudo detalhado do solo acabou levando os engenheiros a iniciarem a escavação em um local inadequado.

Em 2011, por causa “da consistência não uniforme do solo encontrado naquele ponto”, segundo nota oficial da época, a parede do túnel cedeu. E o reinício da construção custou tempo e dinheiro.

Água

Além dessas questões técnicas, a transposição do São Francisco enfrentou grande resistência de pessoas que questionavam quem se beneficiaria com o projeto e qual seria o real impacto ambiental dele.

Em 2007, o anúncio da construção foi ofuscado pela greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio. O religioso tentou a todo custo impedir o início das obras, mas acabou vencido pela determinação do governo em rasgar o sertão.

Além de desconfiar que a água poderia parar na torneira de quem não precisava, o bispo argumentava que o rio São Francisco não daria conta de deixar que parte de sua água fosse desviada para canais no meio da caatinga.

Segundo o governo, o São Francisco não está em perigo, já que o volume desviado seria de apenas 1,4% da vazão total do rio, de 1850 m³/s, considerando o desvio de 26 m³/s em condições normais – volume autorizado pela Agência Nacional de Águas.

Em situação de necessidade, e em caso de água sobrando na represa de Sobradinho (BA), o volume desviado pode ser de até 127 m³/s.

Mas os cálculos dos críticos são outros. Na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, o pesquisador João Suassuna diz que “não se pode considerar o volume total do rio”.

CONT.



“O São Francisco hoje só dispõe de 360 m³/s por segundo de volume alocável (autorizado para uso pelas agências competentes). Se você pegar a média do São Francisco, que será de 65 m³/s por segundo, isso representa 25% de 360 m³/s e não 1,4% como se coloca”, diz.

O governo contesta e diz que apenas em casos excepcionais fará uso de uma quantidade maior que 26 m³/s.

Projetos ambientais

Por onde quer que se ande ao redor dos canais criados pela transposição, grandes descampados mostram as marcas que uma obra dessa magnitude pode causar, mas o governo diz estar tomando medidas para mitigar esse impacto.

Segundo Elianeiva Odisio, coordenadora geral de programas ambientais do Ministério da Integração Nacional, o Ministério tem hoje 39 programas para cuidar tanto da flora quanto da fauna da caatinga.

Os programas são coordenados por centros de conservação e estudo implantado especialmente pelo governo na Universidade Federal do Vale do São Francisco.

“Nós temos impacto no meio biótico, antrópico e físico. Para esses programas reservamos cerca de R\$ 1 bilhão, o que equivale a 11% da obra”, diz Elianeiva.

A maior parte desse dinheiro, no entanto, vai para dirimir o impacto sobre as comunidades do entorno.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Chico Rodrigues visita escolas estaduais

SÍTIO JORNAL DE RORAIMA, 10.06.2014

O governador Chico Rodrigues visitou no sábado (7) as comunidades indígenas Raposa, Napoleão e Guariba, localizadas no município de Normandia, para conhecer como anda a realidade da educação daquelas localidades.

Depois de se reunir com as lideranças locais, o líder do Executivo anunciou um pacote de melhorias para o setor da educação das comunidades. A decisão contempla as estruturas das escolas, a merenda escolar, material didático, mudanças no setor administrativo, entre outros aspectos.

Nas escolas estaduais indígenas José Viriato e a Índio Marajó, há necessidade de melhorias na infraestrutura, na distribuição de material escolar e um reforço na alimentação dos alunos. "Ao visitar as comunidades in loco, estou vendo de perto algumas necessidades dos indígenas. Mesmo com pouco tempo que temos à frente do governo do Estado, detectamos pequenos problemas que podem ser resolvidos de imediato. A prioridade neste momento é a merenda escolar", disse o governador, garantindo que a partir de julho todos os alunos da rede estadual de ensino terão duas refeições ao dia.

Ainda dentro dessas demandas imediatas, o governador já autorizou para esta semana a reposição de lâmpadas dos postes na comunidade Guariba, o que trará mais segurança aos alunos.

Rodrigues mostrou habilidade ao conseguir parcerias com a classe política em âmbito estadual e municipal para entender a outras necessidades da comunidade como o preparo de 10 hectares de terras para o plantio e a recuperação de um veículo utilizado pelos moradores do local.

O prefeito de Normandia Jairo Araújo ressaltou que a visita do governador nas comunidades foi importante para os indígenas. "A iniciativa do governador de visitar principalmente as estruturas das escolas nas comunidades, trouxe novas expectativas para as unidades de ensino", enfatizou.

O tuxaua da comunidade da Raposa, Gabriel Silvestre, explicou que há treze anos a Escola Estadual Indígena José Viriato não recebia uma reforma. "Estamos vivendo com uma estrutura precária, mas agora, com a visita do governador Chico Rodrigues, acreditamos em melhoria para educação do nosso povo", observou.

Outras demandas – o governador visitou também a revitalização da cabeceira da ponte sobre rio Tacutu que foi recentemente recuperada. "Essa era uma solicitação antiga dos moradores do município de Normandia, a cabeceira estava com uma cratera enorme, causando perigo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

para aos condutores que trafegam na rodovia federal BR 432. O problema foi resolvido. Em parceria com a prefeitura de Normandia, a cabeceira da ponte foi ampliada.”

O governador Chico Rodrigues também autorizou a realização de serviço de emergência para melhorar o tráfego das vicinais que dão acesso às comunidades no período chuvoso.



Por demarcações, índios protestarão durante Copa

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 10.06.2014

Grupos indígenas pretendem aproveitar a visibilidade que a Copa do Mundo dará ao Brasil para protestar em diferentes pontos do país.

Há ações previstas em ao menos três Estados que receberão jogos do torneio – São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul –, além de manifestações em outras regiões.

Nas mobilizações, em que cobrarão do governo federal a retomada dos processos de demarcação de terra paralisados e pressionarão por outras bandeiras, os índios poderão se associar a outros movimentos para ampliar a projeção nacional dos atos.

As manifestações tiveram uma prévia no fim de maio, quando cerca de 500 índios se uniram a centenas de trabalhadores sem teto em Brasília. Houve confronto entre manifestantes e a polícia, e um policial teve a perna flechada.

Nesta semana, um pequeno grupo de indígenas participou de outro protesto em Brasília. Dezesesseis membros do povo xakriabá, de Minas, se uniram a 200 integrantes de outras comunidades tradicionais em defesa da preservação das áreas remanescentes de cerrado.

Durante a Copa, porém, os principais protestos de indígenas deverão se concentrar no Sul e Sudeste do país.

'Congelar a região Sul'

Um dos líderes do povo kaingang, da região Sul, o cacique Roberto dos Santos diz que uma reunião nesta semana definirá como se darão os protestos na região.

"Não vamos deixar a Copa acontecer baratinho, em vista do sofrimento das sociedades indígenas", ele diz. Segundo o cacique, os índios poderão protestar nas cidades da região que receberão jogos (Porto Alegre e Curitiba) ou em estradas. "Temos a proposta de congelar a região Sul, bloqueando todos os seus acessos por via terrestre."

Os kaingang – que hoje vivem em pequenas parcelas de seus territórios originais – reivindicam a ampliação de suas terras. Diante do acirramento de conflitos entre índios e agricultores, porém, o governo federal suspendeu em maio de 2013 todos os processos de demarcação no país.

Segundo um documento da Funai (Fundação Nacional do Índio), há 118 processos de demarcação de Terras Indígenas em curso. O órgão diz que 39 dessas terras estão em fase final de regularização.

CONT.



O processo de demarcação prevê que, para ser concluído, ele deve receber uma aprovação final da Presidência da Funai e, em seguida, ser encaminhado para assinaturas do ministro da Justiça e da presidente da República.

Dez processos aguardam a aprovação final da presidente da Funai; outros 12, a assinatura do ministro da Justiça; e mais 17 dependem apenas de assinatura da presidente Dilma Rousseff.

A conclusão do processo de demarcação é fundamental, entre outros aspectos, para que ocupantes não índios sejam retirados dessas áreas.

O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo diz que os processos foram suspensos para evitar o agravamento de conflitos. Ele propõe que os casos sejam destravados em mesas de diálogo que incluam indígenas, agricultores afetados pelas demarcações e autoridades. Desde a paralisação nos processos, porém, nenhum caso foi solucionado nas mesas de diálogo.

Funcionários da Funai dizem reservadamente que, no atual ritmo de negociações, serão necessários muitos anos para que todos os casos pendentes sejam levados a discussão.

Abertura da Copa

Outra cidade-sede da Copa que deve receber manifestações de indígenas nos próximos dias é São Paulo. Nelson Wera Soares, cacique de uma aldeia guarani no bairro do Jaraguá, diz que o grupo está programando uma manifestação na abertura da Copa, na quinta-feira.

Os guaranis de São Paulo também querem a ampliação de suas terras. Na aldeia guarani no bairro do Jaraguá, 140 famílias vivem em área menor do que dois campos de futebol. O espaço, segundo os indígenas, é insuficiente para que mantenham seu estilo de vida tradicional.

Há estudos para aumentar essa área para 500 hectares, englobando o Parque Estadual do Jaraguá. Outras duas aldeias guaranis em São Paulo também buscam a ampliação de suas terras.

Segundo Soares, os índios poderão ainda protestar durante a Copa em conjunto com outros grupos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Na última sexta, cerca de 150 índios guaranis e integrantes do MST e do Movimento Passe Livre protestaram na frente da Assembleia Legislativa paulista.

Atos regionais

Segundo Sonia Guajajara, coordenadora executiva da Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), também deve ocorrer mobilizações em outras regiões do país habitadas por indígenas.

"Nossa orientação é para que as organizações regionais se juntem aos demais movimentos e
CONT.



participem dos atos de protesto durante a Copa", ela diz.

Guajajara critica o governo federal por gastar altas quantias com a Copa e dizer não ter recursos para solucionar problemas dos índios. Segundo ela, boa parte dos conflitos atuais poderiam ser solucionados pagando-se indenizações para que agricultores que hoje ocupam áreas reclamadas por indígenas deixem essas terras.

Guajajara diz que a união entre índios e outros movimentos mostra que "há uma insatisfação geral da sociedade civil organizada com a postura do governo federal" nesta questão.

Os atos pelo país, diz ela, visam dar visibilidade para as seguintes bandeiras do movimento indígena nacional:

- Retomada imediata dos processos de demarcação de Terras Indígenas, suspensos em maio de 2013;
- Arquivamento das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 215 e 038, que transferem do governo federal para o Congresso a competência para demarcar Terras Indígenas. Índios dizem que a medida poria fim a demarcações, dada a força da bancada ruralista no Parlamento;
- Arquivamento do Projeto de Lei (PL) 1610, que regulamenta a exploração mineral em Terras Indígenas;
- Arquivamento do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, que altera o processo de demarcação de terras e regulamenta a definição de "interesse relevante público da União". A proposta, dizem os indígenas, impediria novas demarcações e abriria o caminho para a exploração de recursos naturais nas Terras Indígenas já demarcadas;
- Aprovação de medida que transformaria a Comissão Nacional de Política Indigenista num Conselho, com maior poder de influir em políticas que afetam os povos indígenas.



Índios são ameaçados por traficantes, denuncia CIMI
SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 10.06.2014

O CIMI emitiu carta – denúncia para imprensa relatando a ameaça que vem sofrendo as tribos indígenas existentes na Amazonia, por supostos traficantes. Leia o documento na íntegra:

O Conselho Indigenista Missionário – Cimi, Regional Norte I (AM/RR), vem a público denunciar as ameaças de que são vítimas indígenas do povo Maraguá das comunidades Pilão e Terra Preta, localizadas no rio Abacaxis, município de Nova Olinda do Norte – a 225 quilômetros de Manaus.

De acordo com relato de moradores das comunidades pessoas supostamente envolvidas com o tráfico de drogas em áreas próximas tem ameaçado de morte lideranças indígenas por causa de ações de repressão desenvolvidas pela Polícia Federal e Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama.

Os moradores das comunidades Maraguá, no rio Abacaxis, encaminharam denúncia à Fundação Nacional do Índio (Funai) e Secretaria Nacional de Direitos Humanos a espera de proteção por parte dos órgãos de segurança pois temem represálias.

Os indígenas relatam que as ameaças se intensificaram a partir do dia 11 de maio passado, depois de operação na área feita pela Polícia Federal e Ibama em que duas pessoas foram presas e outra conseguiu fugir. Passados alguns dias, os dois foram liberados e retornaram para suas residências, também nas imediações do rio Abacaxis.

O Cimi Norte I apóia a iniciativa dos indígenas de buscar segurança junto aos órgãos governamentais e espera que as ações de proteção às comunidades sejam efetivadas o mais breve possível. Nos últimos anos, os Maraguá tem enfrentado dificuldades decorrentes da incursão de empresas de turismo em suas terras, da tentativa de ocupação de parte do território por assentados dos projetos governamentais de reforma agrária e, mais recentemente, pelas ameaças de supostos traficantes a região.

Manaus (AM), 9 de junho de 2014



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

Aldeia indígena será ponto turístico

SÍTIO O FLUMINENSE, 10.06.2014

O prefeito de Maricá, Washington Quaqué, vai transformar a aldeia indígena da restinga em ponto turístico.

Em visita à tribo Tupi-Guarani M'Bya, no último sábado, o prefeito garantiu a permanência dos índios na região entre São José do Imbassai e Itaipuaçu, e planeja construir no local ocas-hotéis e um teatro arena para apresentações da cultura indígena. Os índios deverão construir a estrutura rústica (feita com argila, bambu e palha) e a Prefeitura destinará recursos para manutenção do espaço.



Funai tem 15 dias para retirar menores Guajajaras das margens da BR 226

SÍTIO BLOG LUIS CARDOSO, 10.06.2014

O Ministério Público Federal (MPF/MA) recomendou à Fundação Nacional do Índio (Funai) que sejam adotadas providências para impedir a presença de crianças e adolescentes da etnia Guajajara, na Terra Indígena Canabrava, nas margens da BR-226. As medidas devem ser efetivadas em conjunto com a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal (PRF), de forma que a situação não volte a acontecer.

Segundo a Superintendência da PRF, um grande número de crianças e adolescentes indígenas foram encontradas em situação de risco às margens da BR-226, entre os municípios de Barra do Corda e Grajaú. Em situação de vulnerabilidade, as crianças e adolescentes indígenas tapam buracos na rodovia e atravessam cordas na via pública para parar os veículos e, assim, pedirem dinheiro aos condutores.

O MPF/MA já requereu providências sobre o problema à Funai por meio de ofício, mas não obteve respostas a respeito da adoção de medidas efetivas para a sua solução. Além disso, os próprios indígenas, por meio de seus líderes, já levaram ao conhecimento da Funai a situação, bem como solicitaram providências, que não foram tomadas até o momento.

O MPF/MA recomenda que seja promovida uma discussão com a comunidade indígena, especialmente com os pais das crianças, informando sobre os riscos de tal prática, e envolvendo os integrantes da etnia na proteção dessas crianças e adolescentes.

Além disso, deve ser analisada a viabilidade de inclusão das famílias indígenas e das crianças em programas que possam garantir a sua subsistência, bem como deve ser verificado o cumprimento dos programas sociais nos quais as famílias já estejam inseridas. A Funai tem 15 dias para atender à recomendação, apresentando ao MPF/MA medidas a serem tomadas para sanar os problemas observados e o prazo para a resolução integral.

MPF-MA



Presidente do Incra confirma indenização a produtores do Buriti

SÍTIO DOURADOS AGORA, 10.06.2014

Carlos Guedes participou de reunião na Capital, inaugurou agência do órgão em Sidrolândia e vai ao Assentamento Itamarati hoje

O presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) Carlos Guedes, que participou na manhã de ontem de uma reunião política na Capital e no início da tarde seguiu para Sidrolândia, para inaugurar a agência do órgão naquela cidade, confirmou para amanhã (11), uma reunião em Brasília para resolver a questão do pagamento das propriedades rurais da região do Buriti, de 15 mil hectares reivindicados pelos índios como parte da Terra Indígena Buriti.

O ministro de Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto não veio a Campo Grande ontem, mas confirmou que participaria de reunião hoje no Assentamento Itamarati, no município de Ponta Porã, que também contará com a presença do presidente do Incra.

Carlos Guedes confirmou a reunião em Brasília durante reunião com prefeitos de vários municípios do Estado com o senador Delcídio do Amaral (PT), para tratar de assuntos políticos e que também tratou de renegociação de dívidas de assentados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a retomada da reforma agrária no Estado.

Guedes não entrou em mais detalhes sobre a reunião em Brasília, afirmando apenas que o encontro está agendado com as partes interessadas – produtores rurais e comunidade indígena – com o Ministério da Justiça para tratar da negociação para pagamento das propriedades rurais reivindicadas como terra indígenas pelos índios da etnia terena da Terra Indígena Buriti.

Em Sidrolândia, à tarde, o presidente do Incra inaugurou a Casa da Cidadania, em parceria com a Prefeitura, para atender os assentados, com orientações sobre as negociações das dívidas do Pronaf – que prevê desconto de até 80% com prazo até 30 de junho e quitação até 31 de dezembro, emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e comprovação de atividade rural para fins de aposentadoria.



Índio morre atropelado por carro ao tentar atravessar rodovia

SÍTIO JORNAL PRIMEIRA HORA, 10.06.2014

Um indígena de 47 anos morreu atropelado na madrugada desta terça-feira (10) na BR-163, a 20 km da cidade de Sinop, a 503 km de Cuiabá. Segundo o Corpo de Bombeiros de Sinop, a vítima teria tentado atravessar o trecho da rodovia e foi atingido por um carro que trafegava pela região. O condutor abandonou o veículo e não foi localizado pela polícia.

O acidente foi registrado por volta de 5h [horário de Mato Grosso], próximo ao trecho que dá acesso a MT-220, sentido Juara, a 690 km da capital.

O condutor do veículo não prestou socorro e fugiu do local, de acordo com os bombeiros. A equipe foi fazer o atendimento mas o índio não resistiu aos ferimentos e morreu ainda na rodovia. O indígena e alguns familiares moram na Casa do Índio, que fica às margens da BR-163. O corpo da vítima foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) de Sinop.



Cidadania alcançada

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.06.2014

2.700 famílias recebem o documento da terra de seis reservas extrativistas no Amazonas

IEB – Representantes das associações de seis Unidades de Conservação do Amazonas receberam no dia 5 de junho o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), documento que legitima o uso da terra e possibilita o acesso às políticas públicas. As Reservas Extrativistas (Resex) Médio Juruá, Baixo Juruá, Auati-Paraná, Rio Jutai, Rio Unini e Médio Purus receberam o documento em nome das associações mães beneficiando 2.700 famílias em uma área que soma mais de dois milhões de hectares.

“É a conquista de um processo que durou dois anos de muito esforço, conversas, reuniões, discussão e acordos. O que me orgulha é que nós conseguimos destravar um processo no Estado”, afirmou José Maria Ferreira, gestor da Reserva Extrativista Médio Purus, do município de Lábrea.

Essa é uma ação inédita feita pelo Diálogo Amazonas, fórum promovido pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), que reuniu representantes dos órgãos fundiários para a regularização fundiária de 13 unidades de conservação do estado. “Essa iniciativa permitiu a construção coletiva que era necessária. Todo esse esforço não se daria sem o espaço privilegiado que o Diálogo Amazonas permitiu”, explicou João Arnaldo, diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em UCs (Disat) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A entrega foi feita pelo governador do Estado do Amazonas, José Melo, na sede do governo, em Manaus. “Esse modelo criado tem dois apelos muito fortes: o documento tem prazo indeterminado e é feito por todos aqueles que estão envolvidos na comunidade. É uma forma inovadora e inteligente de resolver o problema”. O governador determinou que a proposta também seja aplicada nas Unidades de Conservação estaduais.

O fórum foi um trabalho coletivo das associações que contou com o apoio do Ministério Público Federal (MPF) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). “Nós não precisamos entrar com uma medida judicial. Foi simplesmente na base de muito diálogo e apoio permanente das comunidades que conseguimos chegar ao consenso e superarmos paradigmas anteriores. O importante é que nós conseguimos alcançar uma perspectiva de tratamento das comunidades que reconheça o seu uso coletivo da terra e seu papel principal na proteção do meio ambiente”, ressaltou o procurador da República, Julio José Araujo Junior.

“Fico muito feliz porque com isso a gente vai beneficiar as pessoas que hoje vivem na Resex Médio Purus”, contou José Maria Ferreira. Elas esperam essa concessão para que possam acessar créditos, o Programa Minha Casa, Minha Vida, o Programa Nacional de Fortalecimento

CONT.



da Agricultura Familiar (Pronaf) e demais políticas públicas. “Para a consolidação dessas unidades a titulação é muito importante, para que essa população fique na unidade, mas com cidadania, gerando renda, riqueza e melhorando a sua vida”, completou Josinaldo Aleixo, consultor do IEB.

A expectativa é que nos próximos meses outras unidades de conservação de uso sustentável federais no Estado do Amazonas que tenham terras estaduais sejam regularizadas. De acordo com João Arnaldo, a segunda expectativa é que esse processo seja reproduzido nos demais Estados para que possam garantir a regularização fundiária. “A terceira expectativa é que sem as pendências fundiárias as diversas políticas públicas cheguem para que a relação de sustentabilidade das comunidades tradicionais com a floresta represente não só a preservação da floresta amazônica, mas a melhoria da qualidade de vida dessas famílias”, acrescentou.



Estudo da Esalq propõe ações de inclusão produtiva para populações quilombolas
SÍTIO BRASIL DE FATO, 10.06.2014

De olho no crescente desemprego estrutural do modelo hegemônico que a sociedade leva, um estudo foi desenvolvido na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, a fim de criar programas para a inclusão de pessoas, bem como geração de renda. Para tanto, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan, autora do trabalho, propôs analisar duas experiências de ações públicas voltadas ao desenvolvimento local de comunidades quilombolas.

As comunidades estudadas foram o Campinho da Independência, em Paraty (RJ), e Mandira, em Cananeia (SP). No primeiro grupo, foi aplicado um projeto de plantio, coleta e beneficiamento do fruto da palmeira juçara. Já no segundo, a comunidade fez parte de um estudo sobre a restauração da reserva extrativista de ostras comercializadas na região. "As análises envolveram o pensamento do desenvolvimento como liberdade, considerado pelo economista indiano Amartya Sen", comenta Andrea.

Segundo a pesquisadora, o estudo mostra que o apoio de políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento, especialmente quando se considera o envolvimento das pessoas beneficiárias, já que elas podem definir o que querem e, no final do processo, avaliar os resultados. "Mesmo com seus limites, o projeto renova os papéis atribuídos aos agricultores quilombolas, pois os pressupostos fundamentam-se em novas práticas".
A longo prazo

O trabalho, desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (Cena), consistiu na realização de entrevistas com as populações envolvidas e, também, na observação participante por meio das atividades realizadas ao longo do projeto. "Desde 2011, estive em contato com as comunidades, sendo que a coleta de dados só foi finalizada no primeiro semestre de 2013", lembra.

Em Mandira, foi criado um plano de manejo que determina regras para a extração das ostras, baseado em estudos sobre sustentabilidade e comercialização, por meio de uma cooperativa. No Campinho da Independência, com a coleta da juçara, foram incorporados princípios de agroecologia. De acordo com Andrea, durante a execução dos programas, foi possível identificar impactos socioculturais, econômicos e ambientais das comunidades. "Pude observar o aprendizado obtido com as novas práticas, sobretudo no que diz respeito à melhora das condições de vida".

A pesquisa visou beneficiar os formuladores de políticas públicas com a retomada do debate relacionado à noção de desenvolvimento, como sinônimo de crescimento econômico, considerando os questionamentos acerca da centralidade da economia, como princípio organizador da vida social. "Este trabalho permitiu notar o desenvolvimento de capacidade nas comunidades pesquisadas, ainda que exista uma certa dependência em relação aos recursos do Estado", conclui Andrea.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2014

Brasília, 10 de junho de 2014.

Orientado pelo professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES), o trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O projeto também envolveu a realização de um estágio doutoral na Universidade de Toulouse – Le Mirail, na França, sob orientação da professora Martine Guibert, do Laboratório Dynamiques Rurales. A experiência auxiliou na análise final dos estudos de caso.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Esalq